

Brandão: "O pacote não atingirá suas metas".

A inflação deverá subir ainda mais, agravando com ela os problemas e as tensões sociais; haverá crise na área de alimentação; e crescerá a estatização da economia. Este o quadro — melancólico, como ele próprio definiu — traçado pelo ex-presidente do Banco Central, Carlos Brandão, ao comentar ontem no Rio o conjunto de medidas baixadas pelo governo para retirar o País da crise econômica. "Vejo que o pacote não vai atingir os seus objetivos", lamentou.

Na sua opinião, as decisões contidas no pacote concentram-se na criação de mais impostos "para tapar buracos do setor público, sem que realmente os solucionem". Disse, inclusive, que as medidas au-

mentarão ainda mais a estatização da economia, ao mesmo tempo em que criará condições para elevar o índice de inflação acima dos 120% atuais.

Para Brandão, o pacote representa uma derrota do presidente do Banco Central, Carlos Langoni, na sua idéia de adotar medidas mais rigorosas para combate à inflação e redução do déficit público, e não mais um conjunto de medidas que representam mais um gradualismo no tratamento da política econômica. "Ele (Langoni) deve ter feito um esforço muito grande junto às autoridades governamentais para que a solução não fosse essa mas, pelo visto, deve ter sido voto vencido", acrescentou. Carlos Brandão, que

atualmente preside a Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (Andima) e também compõe a diretoria do Banco Econômico, analisou os prós e contras das principais medidas baixadas pelo Conselho Monetário Nacional, entre elas o aumento médio de 45% dos derivados de petróleo. Esse aumento, segundo explicou, reduzirá a pressão sobre a base monetária e do déficit público, além de equilibrar as contas da Petrobrás, mas terá impacto direto sobre todos os custos, inclusive agrícola, com elevação brusca da inflação.

Quanto à aplicação da correção monetária integral para os preços mínimos, dando ao agricultor preços de garantia superiores ao custo

financeiro do crédito, Brandão disse que tal prática eliminará em parte os efeitos negativos da retirada do subsídio à agricultura, além de assegurar ao produtor preços relativamente justos. No entanto, pressionará diretamente a emissão de moeda, pois os recursos da Aquisição do Governo Federal (AGF) serão bastante ampliados, além de provocar a desarticulação dos fluxos de comercialização interna.

Mesmo reconhecendo que a retirada dos subsídios agrícolas reduzirá a emissão de moeda e o déficit público, o ex-presidente do Banco Central ressaltou que essa medida elevará os preços dos produtos agrícolas, desestimulará novos investimentos em expansão na área, au-

mentará a taxa média de juros da economia e provocará perda de competitividade de nossos produtos agrícolas exportáveis, com reflexo negativo na balança.

Na área específica do open market, onde atua como presidente da Andina, Brandão disse que a taxação de 4% do Imposto de Renda na fonte sobre os ganhos de pessoa física e jurídica terá "aplicação e fiscalização impraticável, podendo estreitar ainda mais o mercado de títulos do Tesouro Nacional". Mesmo assim, reconheceu que a taxação implicará arrecadação adicional de Cr\$ 150 a 200 bilhões, para financiar o déficit público.

Para o presidente da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, Énio

Rodrigues, o pacote deverá ser complementado, urgentemente, com a decisão do governo de desindexar a economia, caso contrário os propósitos das autoridades monetárias ficarão comprometidos.

Com relação ao mercado de ações, disse que primeiro se tem de avaliar os efeitos da elevação do depósito compulsório na liberação do crédito, pois só assim haverá certeza de que haverá recursos suficientes para atender as necessidades das empresas. Mesmo assim, ressaltou que "enquanto a economia estiver indexada, será muito difícil viabilizar qualquer programa de capitalização, o que cria reflexos negativos na formação de preços das ações negociadas em bolsas".